



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

EDITAL

Nº.21/2019

Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, torna público que em conformidade com a deliberação tomada na reunião ordinária da Câmara Municipal de 17/07/2019:

1.- Vai proceder, através de hasta pública, à concessão do direito de exploração do estabelecimento de bar, com esplanada, sito no Centro de BTT (ex- Praia Fluvial do Vau), Parque Verde da Ponte, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, concelho de Mortágua.

2.- Preço base: € 600,00 por ano, acrescido de IVA, e o valor mínimo de cada lanço é de € 10,00, sobre o valor base.

3.- Apresentação e entrega das propostas: As propostas deverão ser elaboradas nos termos dos artigos 9º. e 10º. do Regulamento da Hasta Pública, e deverão dar entrada nos serviços da Divisão de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal, até às 16,30 horas, do dia 12 de agosto de 2019.

4.- Ato Público: A abertura das propostas será efetuada em ato público a realizar no Salão Nobre da Câmara Municipal, pelas 10,00 horas, do dia 13 de agosto de 2019, devendo assistir ao ato todos os interessados que apresentaram proposta ou seus representantes, desde que devidamente credenciados para o efeito.

5.- Local e horário de consulta do processo: Os elementos do prédio a alienar e descrito no número anterior, bem como o Regulamento da Hasta Pública, podem ser examinados, pelos interessados, até ao último dia da data fixada para o envio das propostas, no horário de expediente normal da Câmara Municipal, nos serviços Administrativos da Divisão de Administração Geral e Finanças (das 9:00 horas às 12:30 horas e das 14:00 horas às 16:30 horas), ou no site do Município www.cm-mortagua.pt

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume, no site do Município: www.cm-mortagua.pt bem como será publicado num Jornal de âmbito regional.

Paços do Município de Mortágua, 31 de julho de 2019

O Presidente da Câmara

(Engº. José Júlio Henriques Norte)



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de
Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

REGULAMENTO HASTA PÚBLICA

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º.

Âmbito e legislação habilitante

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo do disposto na alínea g) do nº. 1 do artigo 33º., e da alínea ee) do artigo 33º. Da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro e destina-se a definir o procedimento de hasta pública para adjudicação da cessão de exploração do estabelecimento de bar com esplanada.

Artigo 2º.

Entidade Adjudicante

A Entidade adjudicante é o Município de Mortágua, com sede na Rua Dr. João Lopes de Moraes, 3450-153 Mortágua (telefone 231927460/ fax 231927469).

Artigo 3º.

Publicidade

A presente hasta pública é publicitada, com a antecedência mínima de 8 dias seguidos, através de anúncio em jornal regional e editais a afixar nos locais públicos do costume e na página do município www.cm-mortagua.pt.

Artigo 4º.

Objeto do concurso

1-O presente concurso é designado por "Hasta Pública para a Cessão da Exploração de um Bar/Esplanada, sito no Centro de BTT, Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau), na União de Freguesia de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, adiante designado por BAR, de propriedade do Município de Mortágua, encontrando-se descrito na Conservatória do Registo Predial de Mortágua sob o nº. 447/130290, e registado com nº. 473 na ficha de Cadastro de Imóveis do Município.

2-O espaço alvo de cessão é constituído por:

- a) Zona de Bar, zona de arrumos e varandins laterais com a área total de 94,50 m2;
- b) Esplanada exterior no espaço adjacente;

3-Os utentes do bar poderão utilizar as instalações sanitárias públicas localizadas no espaço do Centro de BTT.



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de
Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

Artigo 5º.

Prazo da Cessão

1-A cessão é outorgada por um período de 2 anos, contados a partir da data de celebração do contrato de cessão.

2- Findo o prazo da cessão poderá o mesmo ser renovado por iguais períodos de tempo

Artigo 6º.

Valor Base da licitação

A base é de € 600,00 (seiscentos euros) acrescida de IVA.

Artigo 7º.

Local e horário de consulta do processo

1-O processo de concurso encontra-se patente no sítio do Município (www.cm-mortagua.pt), onde pode ser consultado e copiado gratuitamente.

2- O processo da hasta pública poderá ainda ser consultado pelos interessados, até ao último dia da data fixada para o envio das propostas, no horário normal de expediente da Câmara Municipal, na Divisão de Administração Geral e Finanças.

3-O horário de funcionamento é das 9:00 horas às 12:30 horas e das 14:00 horas às 16:30 horas , todos os dias úteis.

4-O espaço em causa poderá ser visitado pelos interessados, devendo previamente fazer a devida marcação com a Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos.

Artigo 8º.

Esclarecimentos ou Reclamações

1- Durante o período de apresentação de propostas, o processo encontrar-se-á patente para consulta, de segunda a sexta-feira das 9:00 horas às 12:30 horas e das 14:00 horas às 16:30 horas, na Divisão de Administração Geral e Finanças, sita no edifício dos Paços do Município, Rua Dr. João Lopes de Moraes, vila de Mortágua, onde poderão, também, ser obtidas cópias do mesmo, mediante o pagamento das taxas previstas na Tabela de Taxas e outras Receitas Municipais, assim como obtidos quaisquer esclarecimentos.

2-As reclamações e pedidos de esclarecimento, de quaisquer dúvidas das peças do presente procedimento deverão ser apresentadas, por escrito, até ao termo de metade do prazo fixado para a apresentação de propostas.



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de
Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

3-Os serviços deverão no prazo de 3 dias comunicar os esclarecimentos ao interessado e simultaneamente proceder à sua divulgação no sítio da Câmara Municipal de Mortágua, em www.cm-mortagua.pt e no átrio do edifício Paços do Concelho, para que todos os outros interessados tenham conhecimento.

Artigo 9º.

Forma e Modo de Apresentação das Propostas

1-A proposta, contendo os documentos exigidos, deverá ser apresentada em conformidade com o modelo em anexo (Anexo I) ao presente regulamento e será redigida em língua portuguesa, sem rasuras, e assinada pelo concorrente ou seu representante.

2- As propostas devem indicar um valor de arrematação superior à base de licitação, devendo este ser indicado em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência, o valor indicado por extenso.

3-A proposta deve identificar o procedimento, indicar um valor para arrematação igual ou superior ao valor base de licitação ao previsto no artigo 6º. e a identificação do proponente, sendo datada e assinada.

4-O valor anual proposto, que será expresso em euros, não incluirá IVA, o que deve ser expressamente mencionado.

5-Não é admitida a apresentação de proposta com variantes.

6-Cada concorrente só pode apresentar uma proposta.

Artigo 10º.

Documentos da Proposta

A proposta, deverá ser instruída com os seguintes documentos:

- a) Cópia do cartão de cidadão ou do bilhete de identidade e do cartão de contribuinte do concorrente (pessoa singular), cartão de identificação fiscal e certidão permanente, ou respetivo código de acesso (pessoa coletiva);
- b) Declaração do concorrente elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP e reproduzida no final deste Regulamento (Anexo II);
- c) A declaração anteriormente referida deve ser datada e assinada pelo concorrente ou por quem tenha poderes para o obrigar. No caso da proposta ser apresentada por agrupamento concorrente, a declaração deve ser assinada conforme disposto no art.º 57º, n.º 5 do CCP;
- a) Documento comprovativo do serviço de Finanças e da Segurança Social confirmando que têm a situação tributária e contributiva regularizada;



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de
Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

b) Outra documentação que o concorrente julgue de interesse para apreciação da sua proposta.

Artigo 11º.

Entrega das Propostas

1-As propostas podem ser entregues pessoalmente até às 16:30 horas do dia 12 de agosto de 2019, na Divisão de Administração Geral e Finanças, nas horas normais de expediente, contra recibo, ou enviadas pelo correio, sob registo, endereçada ao Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, com a morada acima identificada.

2- As propostas devem ser apresentadas em sobrescrito opaco e fechado, identificando no exterior do mesmo a menção *"PROPOSTA - Cessão do direito de exploração do bar e esplanada - Centro de BTT na União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, concelho de Mortágua"*, e o nome do proponente.

3-Deverão ser entregues também, juntamente com a proposta e dentro do mesmo prazo, os documentos identificados no artigo anterior do presente Regulamento.

4-Sendo a proposta enviada por correio, o concorrente será o único responsável pelos atrasos que porventura se verifiquem, não podendo apresentar qualquer reclamação na hipótese da entrada dos documentos se verificar já depois de esgotado o prazo de entrega das propostas.

5-As propostas apresentadas são listadas e ordenadas de acordo com a ordem de chegada.

6- Os envelopes que contêm as propostas e documentos serão abertos no ato público da hasta pública.

Artigo 12º.

Admissão e Fatores de Exclusão

1-Serão admitidos à hasta pública os concorrentes que apresentam a proposta prevista no artigo anterior.

2- Será excluída a proposta:

- a) Cujos elementos não sejam redigidos em língua portuguesa;
- b) Que não contenha os documentos indicados no artigo 10º.
- c) Que não respeitem as normas do presente Regulamento;
- d) Que seja apresentada fora do prazo previsto no presente Regulamento;
- e) Que apresente um valor inferior ao preço base estabelecido no presente Regulamento.



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de
Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

artigo 13º.

Prazo de manutenção das propostas

1- Decorrido o prazo de 66 dias, contados a partir da data do ato público do concurso, cessa a obrigação de manter as respetivas propostas para os concorrentes que não tenham recebido comunicação de adjudicação da cessão.

2-O prazo a que se refere o número anterior considera-se prorrogado por iguais períodos se os concorrentes nada requererem em contrário.

Artigo 14º.

Outras obrigações

1-Os concorrentes obrigam-se a prestar, relativamente à documentação que instrua as suas propostas, todos os esclarecimentos que a entidade ou comissão que preside ao concurso considere necessários à avaliação das respetivas propostas.

2- À entidade que preside o concurso assiste o direito de se poder informar das condições técnicas atuais de qualquer dos concorrentes, junto da entidade competente.

Artigo 15º.

Causas da não adjudicação

Não haverá lugar à adjudicação nos seguintes casos:

- a) Se todas as propostas apresentadas forem consideradas inaceitáveis pela Câmara Municipal de Mortágua;
- b) Se houver forte presunção de que as propostas resultam de práticas restritivas da concorrência;
- c) Se por circunstância imprevisível, for necessário alterar os elementos fundamentais do presente regulamento;
- d) Quando o interesse da Câmara Municipal imponha o adiamento do concurso por prazo não inferior a um ano.

Artigo 16ª.

Ato Público

1-O ato público da hasta pública realizar-se-á pelas 10:00 horas do dia 13 de agosto de 2019, no Salão Nobre do Edifício da Câmara Municipal.

2- A data da realização da hasta pública poderá ser adiada por motivo ponderoso e justificado, sendo dada publicidade nos termos mencionados no artigo 4º.



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de
Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

3-A arrematação em hasta pública decorrerá perante uma Comissão nomeada para o efeito pela Câmara Municipal, constituída por três membros, ou mais, sem prejuízo de, por razões logísticas ou de funcionalidade, poder ser prestado apoio por quaisquer outros funcionários municipais ou de, em caso de falta ou impedimento de qualquer dos membros efetivos, o Presidente da Comissão designar substituto.

4- Podem intervir na praça os concorrentes ou seus representantes, devidamente identificados, com o bilhete de identidade/cartão de cidadão e cartão de contribuinte.

5-No caso de pessoas coletivas, os seus representantes deverão estar devidamente credenciados com poderes bastantes para arrematar.

Artigo 17º.

Praça

1- A praça inicia-se quando o Presidente da Comissão declarar aberto o ato da hasta pública, procedendo de seguida à explicação dos procedimentos de funcionamento da hasta pública.

2- De seguida procede-se à abertura e leitura das propostas, pela ordem da sua entrada nos serviços.

3-Identificação dos concorrentes presentes ou seus representantes e verificação dos respetivos poderes;

4- Seguidamente o ato publico será interrompido e a Comissão procederá, em sessão privada, a análise dos documentos de habilitação apresentados pelos candidatos.

5-Procedendo após retomado o ato público à leitura da lista dos concorrentes admitidos e excluídos e o valor das respetivas propostas;

6-Em ato continuo, se o preço mais elevado for oferecido por mais do que um concorrente, abrir-se-á logo licitação entre eles, havendo lugar a licitação a partir da proposta mais elevada ou, se não existirem, a partir do valor base anunciado.

7-O valor mínimo de cada lanço é de € 10,00.

8-A licitação termina quando o presidente da comissão tiver anunciado por três vezes o lanço mais elevado e este não for coberto.

Artigo 18º

Adjudicação

1- Terminada a licitação, a comissão adjudica provisoriamente a cessão da exploração a quem tenha oferecido o preço mais elevado.

2-No final da praça, é elaborado o auto de arrematação provisório, que deve ser assinado pelos membros da comissão e pelo adjudicatário provisório, se estiver presente.



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de
Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

3- No caso de desistência a Comissão poderá adjudicar a cessão da exploração ao concorrente que tiver oferecido o lanço no montante imediatamente inferior.

4-A Câmara Municipal reserva-se o direito de não adjudicar a cessão no caso de entender não estar devidamente salvaguardado o interesse municipal.

5-A decisão de adjudicação definitiva ou não adjudicação compete à Câmara Municipal, devendo dela ser notificado o adjudicatário, por carta registada, com aviso de receção.

6-Durante todo o período de duração do contrato, o adjudicatário deverá ter por objeto social a atividade que se encontra integrada na cessão.

Artigo 19º

Pagamento

1-O valor da renda anual correspondente à proposta adjudicada, será pago em 4 (quatro) prestações trimestrais, sendo a primeira com vencimento no último dia do terceiro mês a contar da data da data de celebração do contrato; a segunda no último dia do sexto mês a contar da data da data de celebração do contrato; a terceira no último dia do nono mês a contar da data da data de celebração do contrato; e a quarta último dia do décimo segundo mês a contar da data da data de celebração do contrato.

2- O pagamento deve ser efetuado mediante transferência bancária ou pagamento na Tesouraria da Câmara Municipal de Mortágua.

3- Ao valor mensal que resultar da arrematação acrescerá IVA a taxa legal em vigor.

4-O vencimento e pagamento de cada mensalidade ocorrerão nos termos definidos no caderno de encargos.

Artigo 20º

Celebração do contrato de cedência

1-O contrato será celebrado em data e hora a designar pelo Município de Mortágua, sendo o adjudicatário notificado por carta, pessoalmente ou por e:mail, com a antecedência de 3 (três) dias.

2-No caso do adjudicatário não comparecer para outorgar o contrato, na data, hora e local fixados para o efeito (salvo prova de que tal ocorreu por motivo que lhe não seja imputável e que seja considerado justificação plausível de ser aceite), ou tendo comparecido, se recuse a assinar o contrato, a adjudicação será considerada sem efeito.



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de
Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

Artigo 21ª.

Contagem de Prazos

Para os efeitos previstos no presente Regulamento, quando fixados em dias, os prazos contam-se de acordo com o Código do Procedimento Administrativo

Artigo 22º

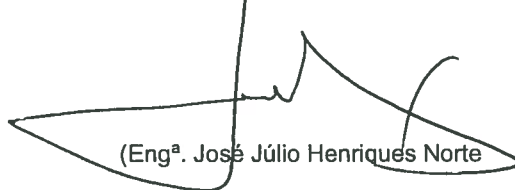
Anexos ao regulamento

Faz parte integrante do presente Regulamento os seguintes anexos:

- Anexo I – modelo da Proposta a que se refere o nº. 1 do artigo 9º. do Regulamento.
- Anexo II – modelo do anexo I do CCP

O presente Regulamento foi aprovado na Reunião de Câmara de 17/07/2019

O Presidente da Câmara



(Eng.ª. José Júlio Henriques Norte)



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de
Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA

..... (indicar nome, estado, profissão e morada e número de identificação fiscal ou firma e sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso, a que se refere o Aviso datado de de de vem apresentar proposta para a adjudicação da - *Cessão do direito de exploração do bar e esplanada - Centro de BTT na União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, concelho de Mortágua*", oferece o montante de Euros (em algarismos e por extenso), comprometendo-se a executar o que constar do Caderno de Encargos e do Regulamento da Hasta Pública.

Mais declara que renuncia o foro especial e se submete em tudo o que respeita a execução do seu contrato, ao que se achar previsto na legislação portuguesa em vigor.

(Data)

(Assinatura)

(com indicação expressa da qualidade em que intervém)



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de
Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

ANEXO II

Modelo de declaração

(Anexo I do CCP)

(a que se refere a alínea a) n.º.1 do Art.º 57.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro)

1., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:
 - a.
 - b.
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que:
 - a. Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - b. Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional ⁽⁴⁾ [ou os titulares dos seus órgãos

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

⁽³⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

⁽⁴⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de
Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

- sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);
- c. Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais da administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);
- d. Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
- e. Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);
- f. Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código de Contratos Públicos (12);
- g. Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);
- h. Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
- i. Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por alguns dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração,

(5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação

(6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva

(7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação

(8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação

(9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva

(10) Declarar consoante a situação

(11) Declarar consoante a situação

(12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória

(13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória

(14) Declarar consoante a situação

(15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de
Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes
(16)] (17):

- i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1.º do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
 - j. Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja

(16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação

(17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT, Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura ⁽¹⁸⁾].

⁽¹⁸⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de Mortágua,
Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

CADERNO DE ENCARGOS

CAPITULO I

Disposições Gerais

Cláusula 1ª

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento de hasta pública que tem por objeto a cessão do direito de exploração do estabelecimento de bar, com esplanada, a seguir abreviadamente referido como Estabelecimento, Sito no Centro de BTT (ex- Praia Fluvial do Vau), Parque Verde da Ponte, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, concelho de Mortágua cuja localização, área e composição consta, em detalhe, das Condições Técnicas em anexo a este caderno de encargos, (Anexo 1).

Cláusula 2ª

Objetivo do contrato

1-O contrato a celebrar tem como objetivo a atribuição do direito de exploração e utilização do Bar e Explanada e arrecadação Sito no Centro de BTT, Parque Verde da Ponte, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.

2-O objeto do presente contrato engloba, ainda, a atribuição do direito de utilização por parte do cessionário e dos utentes dos espaços e infra-estruturas de utilização pública, nomeadamente os WC públicos identificados.

3-O cessionário, no âmbito da dinamização do espaço bar/esplanada, poderá utilizar espaços não incluídos no espaço cedido, e identificado no Anexo 1, mediante prévia autorização expressa do Município, sem que com isso lhe seja conferido qualquer direito de utilização privativa dos mesmos.

4-Nas situações previstas no número 3 o cessionário constitui-se na obrigação de manutenção, conservação, limpeza e vigilância dos referidos espaços utilizados.

Cláusula 3ª

Contrato

1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de Mortágua,
Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

- b) os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) o presente Caderno de Encargos;
- d) a proposta adjudicada;
- e) os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo cessionário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Clausula 4.ª

Execução do contrato

Na execução do contrato observar-se-ão:

- a) As cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
- b) O Código dos Contratos Públicos e a restante legislação aplicável com ele conexas ou complementares;
- c) A legislação aplicável ao desenvolvimento da actividade objecto do contrato.

Cláusula 5.ª

Prazo

A cessão terá o prazo de dois anos com início na data da redução do contrato a escrito, com a possibilidade de renovação por períodos iguais e sucessivos, caso o cessionário preste um serviço de qualidade e cumpra todas as obrigações decorrentes do contrato de cessão de exploração.

Clausula 6.ª

Horário de Funcionamento

1-O Estabelecimento estará aberto ao público, obrigatoriamente durante os meses de maio, junho, julho, agosto e setembro de cada ano, diariamente, das 09h00 à 01h00, com possibilidade de alargamento do horário de encerramento em situações pontuais e devidamente fundamentadas e mediante autorização prévia do Município de Mortágua.

2-O cessionário poderá manter o estabelecimento aberto ao público fora dos meses referidos no ponto anterior, caso se encontrem asseguradas as condições climatéricas e de segurança do espaço e do local envolvente, e desde que a isso não se oponha expressamente o Município, sendo que a oposição expressa deverá ser oficiosamente notificada pelo Município ao cessionário.



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de Mortágua,
Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

Cláusula 7.^a

Obrigações principais do Município

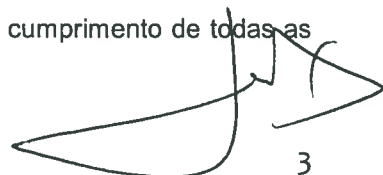
Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Município de Mortágua a obrigação principal de entregar ao cessionário o Estabelecimento devidamente apto a funcionar, nas condições em que lhe foi concessionado.

Cláusula 8.^a

Obrigações principais do cessionário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cessionário as seguintes obrigações principais:

- a) Obter todas as licenças, certificações e autorizações necessárias às atividade integradas na cessão.
- b) Celebrar os contratos de fornecimento de água, saneamento, remoção de Resíduos Sólidos Urbanos, controlo de pragas, electricidade, gás, telecomunicações fixas e móveis, e outros conexos e necessários ao exercício da actividade, e assegurar todas as despesas inerentes;
- c) Dar início à exploração da atividade no prazo máximo de 30 dias após a outorga do contrato
- d) Assegurar a gestão e manutenção do estabelecimento e durante o período de duração do contrato; assegurar o funcionamento nos meses em que o mesmo está obrigatoriamente aberto ao público;
- f) Constituir-se fiel depositário dos bens pertencentes ao Município, obrigando-se a zelar pela sua guarda, pela conservação e correta utilização e manuseamento, bem como a estabelecer os meios de controlo adequados para o efeito.
- g) Realizar as obras de conservação de que o estabelecimento careça no interior e no exterior, designadamente fachadas, caixilharia e telhado, de modo a garantir uma normal utilização do edifício e um cuidado estético compatível com a zona em que o mesmo se encontra, desde que previamente autorizadas pelo Município;
- h) Manter o estabelecimento em perfeitas condições de higiene, limpeza e arrumação e adequado ao fim a que se destina;
- i) Manter o espaço da esplanada e espaço circundante do edifício em perfeitas condições de higiene, limpeza e arrumação e a segurança do espaço da exploração, e do espaço anexo;
- j) Manter a limpeza dos WC identificados no Anexo 1, durante o período de duração do contrato.
- k) Adquirir os equipamentos e bens necessários ao funcionamento e melhoramento do Estabelecimento, nomeadamente aqueles que procedam de decisão exclusiva do cessionário;
- m) Apresentar ao Município de Mortágua um relatório anual com o registo do cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.



3



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de Mortágua,
Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

Cláusula 9.^a

Resgate e transmissão

- 1- Durante o prazo de execução do contrato, o Município de Mortágua terá o direito de resgate contra o pagamento de indemnização ao cessionário, calculada nos termos legais.
- 2- Os direitos da cessão operados por força do contrato não são transmissíveis, total ou parcialmente, a qualquer título, sem autorização prévia do Município de Mortágua, sendo nulos e de nenhum efeito os atos e contratos celebrados com infração do aqui previsto.

Cláusula 10.^a

Início e termo da exploração

- 1- A exploração da actividade terá início no prazo máximo de 30 dias após a outorga do contrato.
- 2- A cessão de exploração cessa uma vez verificadas todas as condições contratuais que presidiram à sua execução.
- 3- Com o termo da cessão de exploração, o cessionário entregará ao Município de Mortágua as instalações os equipamentos e os bens móveis nela incluídos, no mínimo nas condições em que o conjunto lhe foi entregue na data da celebração do contrato escrito, incluindo todas as benfeitorias entretanto ali efetuadas, sem direito a qualquer indemnização.

Cláusula 11.^a

Alterações ou complementos à actividade

Qualquer alteração ou complemento a atividade a desenvolver no Estabelecimento depende de autorização prévia do Município de Mortágua.

Cláusula 12.^a

Pagamentos

- 1- Pela exploração do Estabelecimento, objeto do presente concurso, será efetuado o pagamento ao Município de Mortágua de um valor anual no valor da arrematação.
- 2- O valor acima referido será pago em 4 (quatro) prestações trimestrais, sendo a primeira com vencimento no último dia do terceiro mês a contar da data da data de celebração do contrato; a segunda no último dia do sexto mês a contar da data da data de celebração do contrato; a terceira no último dia do nono mês a contar da data da data de celebração do contrato; e a quarta último dia do décimo segundo mês a contar da data da data de celebração do contrato.
- 3- A base é de € 600,00 (seiscentos euros)/ano, acrescida de IVA.



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de Mortágua,
Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

4-A retribuição trimestral referida no número anterior será atualizada anualmente, em caso de renovação do contrato de cessão, com efeitos a partir de janeiro, em função do valor da inflação verificada pelo Instituto Nacional de Estatística no ano anterior.

5-Os pagamentos deverão ser efetuados até ao ultimo dia do trimestre a que diz respeito.

6-O pagamento deve ser efectuado mediante transferência bancária ou pagamento na Tesouraria da Câmara Municipal de Mortágua.

7-Por cada dia de atraso no pagamento nos termos referidos no número supra, são aplicados, sobre o valor em dívida, juros de mora a uma taxa igual à Taxa Euribor acrescida de 3,5 pontos percentuais. A partir do 18.º dia de atraso o Município de Mortágua pode optar pelo termo da cessão de exploração.

Cláusula 13.ª

Seguros

Para além dos seguros obrigatórios nos termos da legislação em vigor, o cessionário deve celebrar e manter em vigor, sem qualquer encargo para o Município de Mortágua, os seguintes seguros, válidos até ao fim da cessão:

- a) acidentes de trabalho, conforme legislação em vigor, cobrindo todo o pessoal ao seu serviço na execução da cessão;
- b) responsabilidade civil automóvel, conforme legislação em vigor, para todas as viaturas automóveis que sejam utilizadas no âmbito da cessão de exploração,
- c) responsabilidade civil de exploração, cujas garantias devem abranger danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros por atos ou omissões decorrentes da atividade inerente à exploração, incluindo os resultantes de operação de quaisquer máquinas e/ou equipamentos, e outros danos causados pelo pessoal ou pelas pessoas sob a sua direção;
- d) Seguro multirriscos para o estabelecimento, com cobertura específica para a estrutura do edifício, cheias, terremotos, incêndios, no valor mínimo de 250.000,00 €, e assegurar todas as despesas inerentes;
- e) seguro de acidentes pessoais.

Cláusula 14.ª

Pessoal

1-São da exclusiva responsabilidade do cessionário todas as obrigações relativas ao pessoal empregado na exploração, à sua aptidão profissional e à sua disciplina, bem como ao cumprimento da legislação laboral.



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de Mortágua,
Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

2-O cessionário compromete-se a respeitar e fazer respeitar todas as normas vigentes em matéria de entrada, permanência e trabalho, permanente ou eventual e ainda que não remunerado, de trabalhadores estrangeiros em território nacional.

3-O cessionário é responsável por todos os encargos sociais e descontos estabelecidos na legislação em vigor, relativa ao pessoal que tiver ao seu serviço.

4-O cessionário obriga-se a ter patente, nas instalações da exploração, o horário de trabalho em vigor.

5-O cessionário deve ter sempre nas instalações da exploração, à disposição dos interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.

6-O cessionário, subcontratados e/ou tarefeiros são obrigados a pagar ao pessoal empregado na exploração, salários não inferiores à tabela de salários mínimos em vigor.

7-O cessionário é obrigado a manter a boa ordem no local da exploração e a retirar deste, sempre que lhe seja ordenado, o pessoal que o Município de Mortágua entender:

- a) não possuir capacidade profissional e/ou cuja permanência no local julgue inconveniente para a disciplina e bom cumprimento das suas obrigações;
- b) não cumprir as disposições legais em vigor, referentes à segurança e aos serviços médicos no trabalho.

8-O cessionário é obrigado a cumprir e fazer cumprir a legislação relativa à segurança, higiene e saúde no trabalho, incluindo e trabalhadores independentes.

Cláusula 15.^a

Atos e direitos de terceiros. Perdas e danos

1-O cessionário é o único responsável pelas indemnizações por perdas e danos e despesas resultantes de prejuízos pessoais, de doenças, de impedimentos permanentes e temporários ou morte, decorrentes ou relacionados com a execução da exploração; estas indemnizações e despesas abrangerão obrigatoriamente terceiros em atuação no local da exploração, incluindo o próprio Município de Mortágua.

2-O cessionário é o único responsável pela reparação e indemnização de todos os prejuízos sofridos por terceiros, incluindo o próprio Município de Mortágua, até à receção da exploração, designadamente os prejuízos materiais resultantes:

- a) da atuação do pessoal do cessionário ou dos seus subcontratados;
- b) do deficiente comportamento dos equipamentos;
- c) do impedimento de utilização.

3-O cessionário é o único responsável pela cobertura dos riscos resultantes de circunstâncias fortuitas e/ou imprevisíveis e de quaisquer outras, nomeadamente as decorrentes de cheias.



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de Mortágua,
Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

Cláusula 16.^a

Equipamentos e bens móveis

1-Constituem encargos do cessionário os custos com a aquisição dos equipamentos e bens móveis bem como todos os encargos com a manutenção e/ou substituição dos equipamentos existentes, manutenção e/ou melhoria nas instalações cessionadas, em tudo indispensável à boa execução da exploração.

2-No ato de entrega do espaço, será feito um inventário de todo o património existente, ficando o cessionário responsável pela sua conservação, manutenção e substituição, como referido, e como seu fiel depositário.

3-Quaisquer alterações de funcionamento do equipamento, devem ser previamente comunicadas ao Município de Mortágua para aprovação.

Cláusula 17.^a

Fiscalização

1-O Município de Mortágua tem o direito de exercer a fiscalização da exploração, nomeadamente para verificar se o cessionário está a cumprir as condições da cessão de exploração.

2-Para o efeito do número anterior, o Município de Mortágua dará instruções ao cessionário, far-lhe-á avisos e notificações e praticará os de mais atos necessários.

3- A exploração e o cessionário ficam também sujeitos à fiscalização que, em virtude de legislação especial, incumba a outras entidades.

4-A responsabilidade de todos os trabalhos/serviços incluídos na exploração, seja qual for o agente executor, é sempre do cessionário, salvo no caso de cessão da posição contratual, devidamente autorizada pelo Município de Mortágua, não reconhecendo o Município de Mortágua, senão para os efeitos indicados expressamente na lei, a existência de quaisquer subcontratados e/ou tarefeiros que trabalhem por conta ou em combinação com o cessionário.

Cláusula 18.^a

Suspensão da exploração

1-O adjudicatário apenas pode suspender da exploração quando tal resulte de:

- a) ordem ou autorização escrita do Município de Mortágua ou dos seus agentes ou de facto que lhes seja imputável;
- b) caso de força maior.



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de Mortágua,
Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

2-No caso de suspensão nos termos da alínea b) da cláusula anterior, o cessionário deve comunicar ao Município de Mortágua, com a devida antecedência e mediante notificação judicial ou carta registada, indicando expressamente a alínea invocada.

3-O Município de Mortágua poderá suspender temporariamente a exploração, no todo ou em parte, sempre que circunstâncias especiais a impeçam em condições satisfatórias.

4-O Município de Mortágua poderá ordenar, sob sua responsabilidade, a imediata suspensão da exploração, sempre que houver perigo iminente ou prejuízos graves para o interesse público, mediante carta registada com aviso de receção, podendo o cessionário reclamar por escrito no prazo de oito dias.

5-A exploração será reiniciada logo que cessem as causas que determinaram a sua suspensão temporária, devendo o cessionário ser notificado por carta registada com aviso de receção.

Cláusula 19.ª

Rescisão do contrato

1-Para além de outros fundamentos especialmente previsto na lei, o Município de Mortágua poderá rescindir unilateralmente o contrato caso se verifiquem as seguintes circunstâncias:

- a) o funcionamento do estabelecimento, no todo ou em parte, sem as respetivas licenças, certificados ou autorizações;
- b) a utilização de equipamentos não adequados ao tipo e categoria do estabelecimento objeto da cessão;
- c) o encerramento injustificado do estabelecimento, total ou parcialmente, por período de 3 dias seguidos ou 5 interpolados, no mesmo ano civil;
- d) o incumprimento das regras aplicáveis nas relações laborais com os trabalhadores, nos termos previstos no caderno de encargos;
- e) o incumprimento das obrigações previstas na cláusula 8.ª do presente caderno de encargos.

2- A rescisão opera-se por comunicação via correio registado com aviso de receção, e o cessionário deverá entregar o estabelecimento, completamente livre de pessoas e bens, excepcionados os bens e equipamentos pertencentes ao Município, no prazo máximo de 15 dias a contar da receção da comunicação, revertendo para o Município de Mortágua eventuais benfeitorias que hajam sido feitas no mesmo, salvo se o Município manifestar que as benfeitorias devam ser removidas, o que correrá a expensas do cessionário.

Cláusula 20ª

Prazo de Vigência do Contrato

1-O presente contrato produz efeitos à data da celebração do contrato.



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de Mortágua,
Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

2-O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser renovado por períodos iguais, em conformidade com os respetivos termos e condições constantes no presente caderno de encargos e respetivos anexos e no disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 21^a

Remuneração

A remuneração da entidade adjudicatária é efetuada, diretamente, através dos benefícios económicos obtidos em resultado da execução do contrato, configurados como contrapartidas das prestações contratuais que lhe incumbem, incluindo a exploração e utilização do bar e explanada do Estabelecimento, nos termos previstos no presente caderno de encargos e respetivos anexos e na proposta adjudicada.

CAPITULO II

Proposta e critério de adjudicação

Cláusula 22^a

Critério de adjudicação

A adjudicação será efetuada através de hasta pública e nos termos definidos no respetivo regulamento.

Cláusula 23^a

Não adjudicação

As cláusulas de não adjudicação são previstas no nº 1 do artigo 79.º do Código dos Contratos Públicos e do regulamento da hasta pública.

CAPÍTULO III

Obrigações da entidade adjudicatária

Cláusula 24^a

Obrigações Principais

1-A entidade adjudicatária obriga-se durante a vigência do contrato e a expensas suas, a manter o bar e esplanada em bom estado de conservação e perfeitas condições de utilização e de segurança, efetuando para tal as substituições, reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho do serviço, diligenciando para que o mesmo satisfaça plena e permanentemente o fim a que se destina, garantindo o cumprimento da legislação em vigor aplicável.



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de Mortágua,
Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

2-Sem prejuízo do referido no número anterior e de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a entidade adjudicatária as seguintes obrigações principais:

- a) Conhecer e analisar o objeto do procedimento, de acordo com os respetivos anexos;
- b) Assegurar a utilização pública das instalações sanitárias e a sua limpeza e manutenção;
- c) Suportar os encargos com o funcionamento do edifício, designadamente com energia elétrica, água, telefone, seguros, referentes à própria atividade, bem como outros inerentes à exploração dos edifícios.
- d) Executar todas as obras de reparação e conservação ordinária, bem como as benfeitorias que forem determinadas pelas entidades administrativas competentes, podendo a Câmara Municipal ordenar, precedendo vistoria técnica, as obras que forem consideradas necessárias à boa conservação das instalações;
- e) Solicitar à Câmara Municipal, mediante a apresentação de um pedido escrito (instruído com as peças escritas e/ou desenhadas suficientes e que comprovem a sua necessidade e as melhorias das condições de operação, manutenção e bom estado de conservação a que dizem respeito), autorização para a realização de quaisquer benfeitorias, de quaisquer alterações nos bens e na área sujeitos à exploração, bem como para a introdução de novos bens e/ou equipamentos;
- f) Assegurar que o bar funcione durante todo o ano, podendo encerrar apenas por um período de quinze dias úteis, fora da época de verão.

3-Para além das obrigações estabelecidas no número anterior, a entidade adjudicatária fica ainda obrigada a:

- a) Cumprir todas as obrigações decorrentes da proposta apresentada, desenvolvendo-as em moldes adequados e de qualidade;
- b) Respeitar e fazer respeitar as regras de utilização do bar e explanada;
- c) Promover a divulgação do Concelho, nomeadamente, na sua vertente turística, recreativa e cultural;
- d) Não utilizar os espaços para atividades que não se enquadrem nas previstas no presente caderno de encargos;
- e) Privilegiar a Câmara Municipal de Mortágua na realização de iniciativas, devendo ser efetuada por esta, a comunicação da pretensão com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias relativamente à data da respetiva realização;
- f) Requerer, custear, obter e manter em vigor todas as licenças, certificações, credenciações e autorizações necessárias ao exercício das atividades integradas ou de algum modo relacionadas com o objeto do contrato, observando todos os requisitos que a tal sejam necessários;
- g) Informar, de imediato, o Município de Mortágua no caso de qualquer das licenças a que se refere a alínea anterior lhe serem retiradas, caducarem, serem revogadas ou por qualquer motivo deixem de



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de Mortágua,
Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

operar os seus efeitos, indicando, desde logo, que medidas tomou ou irá tomar para repor tais licenças em vigor;

h) Restituir o edifício no estado em que o recebeu, no termo do contrato, com todos os bens e direitos que integram o objeto de contrato, livres de quaisquer ónus ou encargos, obrigando-se a entidade adjudicatária, dentro de um prazo razoável fixado pelo Município de Mortágua, a entrega-los em bom estado de conservação e funcionamento, sem prejuízo do normal desgaste do seu uso.

4-A entidade adjudicatária poderá desenvolver atividades que estejam previstas no contrato (exemplo de mini-concertos, espetáculos de musica ao vivo, ou outras atividades ao ar livre, desde que esteja salvaguardada a utilização pública do espaço envolvente), se complementares ou acessórias das que constituem o objeto principal do contrato, desde que previamente autorizadas pela Câmara Municipal e demais entidades que sejam necessárias.

5-Qualquer solução díspar do previsto no presente caderno de encargos, e em casos tecnicamente defensáveis, deverá ser devidamente fundamentada e submetida à consideração da Câmara Municipal.

6-A entidade adjudicatária fica ainda obrigada, a título acessório, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à perfeita execução das tarefas e a cooperar com a Câmara Municipal na prestação das informações e na realização das reuniões necessárias e ao estabelecimento de um sistema de organização adequada à perfeita e completa execução das obrigações a seu cargo.

7-A entidade adjudicatária fica obrigada a respeitar o horário máximo de encerramento do bar às 22h00 (Vinte e duas horas) em horário de inverno e 01h00 (uma hora) em horário de verão.

8-A entidade adjudicatária fica obrigada a colocar o espaço em funcionamento 25 (vinte cinco) dias após a assinatura do contrato.

Cláusula 25ª

Dever de sigilo

1-A entidade adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Mortágua, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou no âmbito da execução do contrato.

2-A informação e a documentação abrangidas pelo dever de sigilo não podem sere transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3-Excluem-se do dever de sigilo a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela entidade adjudicatária, ou que esta seja legalmente



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de Mortágua,
Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

CAPÍTULO V

Obrigações do Município de Mortágua

Cláusula 26ª

Obrigações Gerais

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas Cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Município de Mortágua as seguintes obrigações gerais:

- a) Atribui à entidade adjudicatária o direito de utilização dos espaços objeto do contrato a celebrar, no respeito pelas respetivas especificações e condições;
- b) Colaborar com a entidade adjudicatária no sentido da boa, adequada e completa execução do contrato a celebrar;
- c) Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis e adotar os procedimentos adequados à reposição da legalidade / ou ao sancionamento dos infratores, no caso de violação dos regimes legais aplicáveis e da segurança e ordem públicas.

CAPÍTULO VII

Execução do Contrato, penalidades Contratuais e Resolução

Cláusula 27ª

Conformação da Relação Contratual

1-No âmbito da execução do contrato, o Município de Mortágua goza dos poderes de conformação da relação contratual conferidos pelos artigos 302º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

2-Em especial, em matéria de fiscalização, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, a Câmara Municipal tem o direito de aquilatar o cumprimento das condições contratuais pela entidade adjudicatária, podendo dar-lhe ordens, fazer-lhe avisos e notificações e praticar os demais atos necessários.



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de Mortágua,
Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

Cláusula 28ª

Penalidades

1-Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Mortágua, pode exigir da entidade adjudicatária o pagamento, a título de pena pecuniária, de uma multa diária no montante de 10% do valor estimado para a manutenção do objeto de exploração, por cada dia de atraso ou incumprimento.

2-O valor acumulado das sanções pecuniárias não poderá exceder 20% valor estimado para a manutenção do objeto de exploração e quando este limite seja atingido e o Município de Mortágua decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, de acordo com o definido pelo artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.

3-Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Mortágua deverá ter em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa da entidade adjudicatária e as consequências do incumprimento.

4-As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Mortágua exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento da entidade adjudicatária.

Cláusula 29ª

Força Maior

1-Não podem ser impostas sanções à entidade adjudicatária, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2-Podem constituir casos de força maior, verificados os requisitos previstos no número anterior, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3-Não constituem casos de força maior, nomeadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratos da entidade adjudicatária, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da entidade adjudicatária ou a grupos de sociedades em que esta se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pela entidade adjudicatária de deveres ou ónus que sobre ela recaiam;



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de Mortágua,
Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pela entidade adjudicatária de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações da entidade adjudicatária cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da entidade adjudicatária não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4-A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5-Quando uma das partes não aceite, por escrito, que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.

6-A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

7-Sem prejuízo do disposto no número 1) da presente cláusula, caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período contínuo superior a 3 (três) meses, no caso do Município de Mortágua, ou a 1 (um) mês, no caso da entidade adjudicatária, qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução, a exercer através dos meios previstos na alínea c) do artigo 330º do Código dos Contratos Público.

Cláusula 30ª

Resolução pelo Município de Mortágua

1-Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente os constantes do Código dos Contratos Públicos, o Município de Mortágua pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de a entidade adjudicatária violar de forma grave e reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, no âmbito do caderno de encargos e do contrato, mormente nos seguintes casos:

- a) Utilização abusiva do bar e espaço adjacente;
- b) Prática de atos com dolo ou negligência que prejudiquem a qualidade das ações realizadas ou ponham em causa o bom nome e a credibilidade e prestígio do Município de Mortágua;
- c) Não cumprimento integral das condições e obrigações constantes do caderno de encargos ou do contrato;

2-O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada à entidade adjudicatária, com a indicação do fundamento da resolução.



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de Mortágua,
Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

Cláusula 31ª

Resolução pela Entidade Adjudicatária

1-A entidade adjudicatária pode resolver o contrato nas seguintes situações e com os fundamentos previstos no artigo 332º do Código dos Contratos Públicos.

2-A entidade adjudicatária pode resolver o contrato mediante o recurso à via judicial.

CAPÍTULO VIII

Seguros

Cláusula 32ª

Seguros

1-A entidade adjudicatária deve assegurar a existência e a manutenção em vigor das apólices de seguro necessárias para garantir uma efetiva e compreensiva cobertura dos riscos de exploração, bem como de apólices de seguro de acidentes pessoais para utentes e utilizadores, e demais apólices exigíveis na legislação em vigor aplicável referentes às atividades que venham a ser desenvolvidas no âmbito do cumprimento do contrato.

2-Constitui estrita obrigação da entidade adjudicatária a manutenção em vigor das apólices nomeadamente através do pagamento atempado dos respetivos prémios, pelo valor que lhe seja debitado pelas seguradoras.

3-A entidade adjudicatária fica obrigada a fazer prova das apólices de seguro realizadas, com uma antecedência mínima de 5 dias da data fixada para a abertura do bar, sem as quais a abertura do espaço não poderá ocorrer.

CAPÍTULO IX

Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

Cláusula 33ª

Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

1-A subcontratação ou de cessão da posição contratual no decurso da execução do contrato carece de autorização, por escrito, do Município de Mortágua.

2-Nos casos de subcontratação, a entidade adjudicatária permanece integralmente responsável perante o Município de Mortágua pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, não implicando a transferência de responsabilidade para qualquer dos subcontratados.



Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de Mortágua,
Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

CAPÍTULO X

Disposições Finais

Cláusula 34ª

Comunicações e Notificações

1-Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras, quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser feitas nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2-Qualquer alteração das informações do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

3-Às datas das notificações e comunicações é aplicável o artigo 469.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 35ª

Contagem dos Prazos

1-A contagem dos prazos na fase de formação dos contratos obedece às seguintes regras:

a) Salvo estipulação expressa, os prazos contam-se nos termos do disposto no artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 5 de janeiro e não lhes é aplicável, em caso algum, o disposto no artigo 88.º do mesmo Código;

b) O prazo fixado para a apresentação das propostas é contínuo, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.

2-A contagem dos prazos na fase de execução do contrato obedece às seguintes regras:

a) Não se inclui na contagem do prazo o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;

b) Salvo estipulação expressa, os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

Cláusula 36ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 37ª

Lei Aplicável

Em tudo quanto estiver omissa no processo que constitui o presente procedimento, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos, na



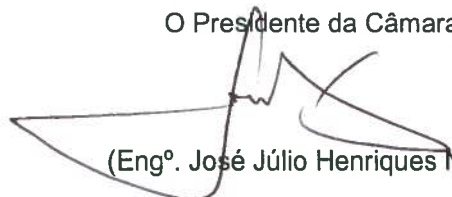
Cessão do Direito de Exploração do Bar / e Esplanada- Centro de BTT,
Parque Verde da Ponte (ex-Praia Fluvial do Vau) na União de Freguesias de Mortágua,
Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

sua atual redação e demais legislação subsidiária, bem como, na parte aplicável, no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 1 de agosto.

Anexo 1: Condições Técnicas, contendo as plantas do espaço a concessionar – bar, esplanada; localização dos WC; localização da área de manutenção e arrumos.

Aprovado na Reunião de Câmara de 17 de julho de 2019

O Presidente da Câmara



(Eng.º José Júlio Henriques Norte)

IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO**DISTRITO:** 18 - VISEU **CONCELHO:** 08 - MORTAGUA **FREGUESIA:** 11 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA**ARTIGO MATRICIAL:** 2397 **NIP:****TEVE ORIGEM NOS ARTIGOS****DISTRITO:** 18 - VISEU **CONCELHO:** 08 - MORTAGUA **FREGUESIA:** 06 - MORTAGUA (EXTINTA) **Tipo:** URBANO**Artigo:** 1873**LOCALIZAÇÃO DO PRÉDIO****Av./Rua/Praça:** Vau Lugar: Vale de Açores**Av./Rua/Praça:** Vau Lugar: Vale de Açores **Código Postal:** 3450-111 MORTAGUA**CONFRONTAÇÕES****Norte:** Alzira de Carvalho **Sul:** Estrada **Nascente:** Eduardo Simões **Poente:** José Pereira de Sousa**DESCRIÇÃO DO PRÉDIO****Tipo de Prédio:** Terreno para Construção**Descrição:** Lote de terreno destinado a construção urbana.**ÁREAS (em m²)****Área total do terreno:** 3,080,0000 m² **Área de implantação do edifício:** 300,0000 m² **Área bruta de construção:** 300,0000 m² **Área bruta dependente:** 0,0000 m²**DADOS DE AVALIAÇÃO****Ano de inscrição na matriz:** 1994 **Valor patrimonial actual (CIMI):** €14.233,20 **Determinado no ano:** 2016**Percentagem para cálculo da área de implantação:** 17,00 % **Tipo de coeficiente de localização:** Indústria**Coordenada X:** 190.707,00 **Coordenada Y:** 380.536,00

VI*	=	Vc	x	A	x	Cl	x	Ca	x	Cq
13.920,00	=	603,00	x	76,9000	x	0,50	x	0,60	x	1,000

VI = valor patrimonial tributário, Vc = valor base dos prédios edificados, A = área bruta de construção mais a área excedente à área de implantação, Ca = coeficiente de afectação, Cl = coeficiente de localização, Cq = coeficiente de qualidade e conforto, Cv = coeficiente de vetustez, sendo A = (Aa + Ab) x Caj x % + Ac + Ad, em que Aa representa a área bruta privativa, Ab representa as áreas brutas dependentes, Ac representa a área do terreno livre até ao limite de duas vezes a área de implantação, Ad representa a área do terreno livre que excede o limite de duas vezes a área de implantação, (Aa + Ab) x Caj = 1,00 x (Aa + Ab - 0,0000).

Tratando-se de terrenos para construção, A = área bruta de construção integrada de Ab

* Valor arredondado, nos termos do nº2 do Art.º 38º do CIMI.

Mod1 do IMI nº : 4726688 **Entregue em :** 2012/10/09 **Ficha de avaliação nº:** 7154739 **Avaliada em :** 2013/01/02**TITULARES****Identificação fiscal:** 506855368 **Nome:** MUNICIPIO DE MORTAGUA**Morada:** R DR JOÃO LOPES DE MORAIS, MORTAGUA, 3450-153 MORTÁGUA**Tipo de titular:** Propriedade plena **Parte:** 1/1 **Documento:** OUTRO **Entidade:** DESCONHECIDO



ISENÇÕES

Identificação fiscal: 506855368

Motivo: ESTADO, REG. AUTON, AUTARQ, SERV, ESTAB E ORG RESPECT **Início:** 2008 **Valor isento:**
€14.233,20

Obtido via internet em 2019-07-15

O Chefe de Finanças

(Maria Fernanda Martins Ferreira Barnabé)

MUNICIPIO DE MORTÁGUA

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO



79920

-8847,9

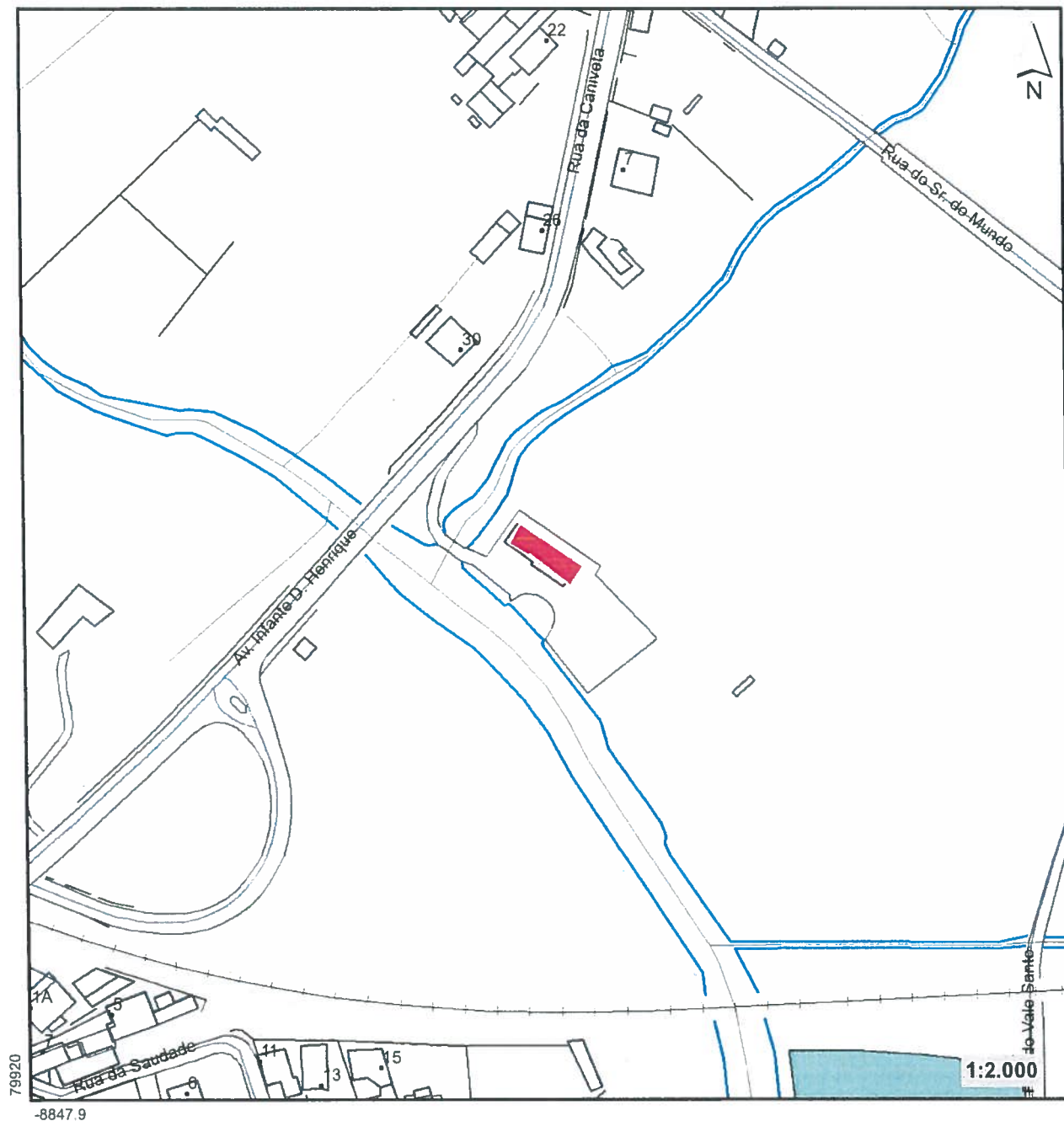
REQUERENTE
MORADA
CÓDIGO POSTAL
FREGUESIA
LOCAL DA OBRA
DATA

18-07-2019

REQUERENTE

MUNICIPIO DE MORTÁGUA

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO



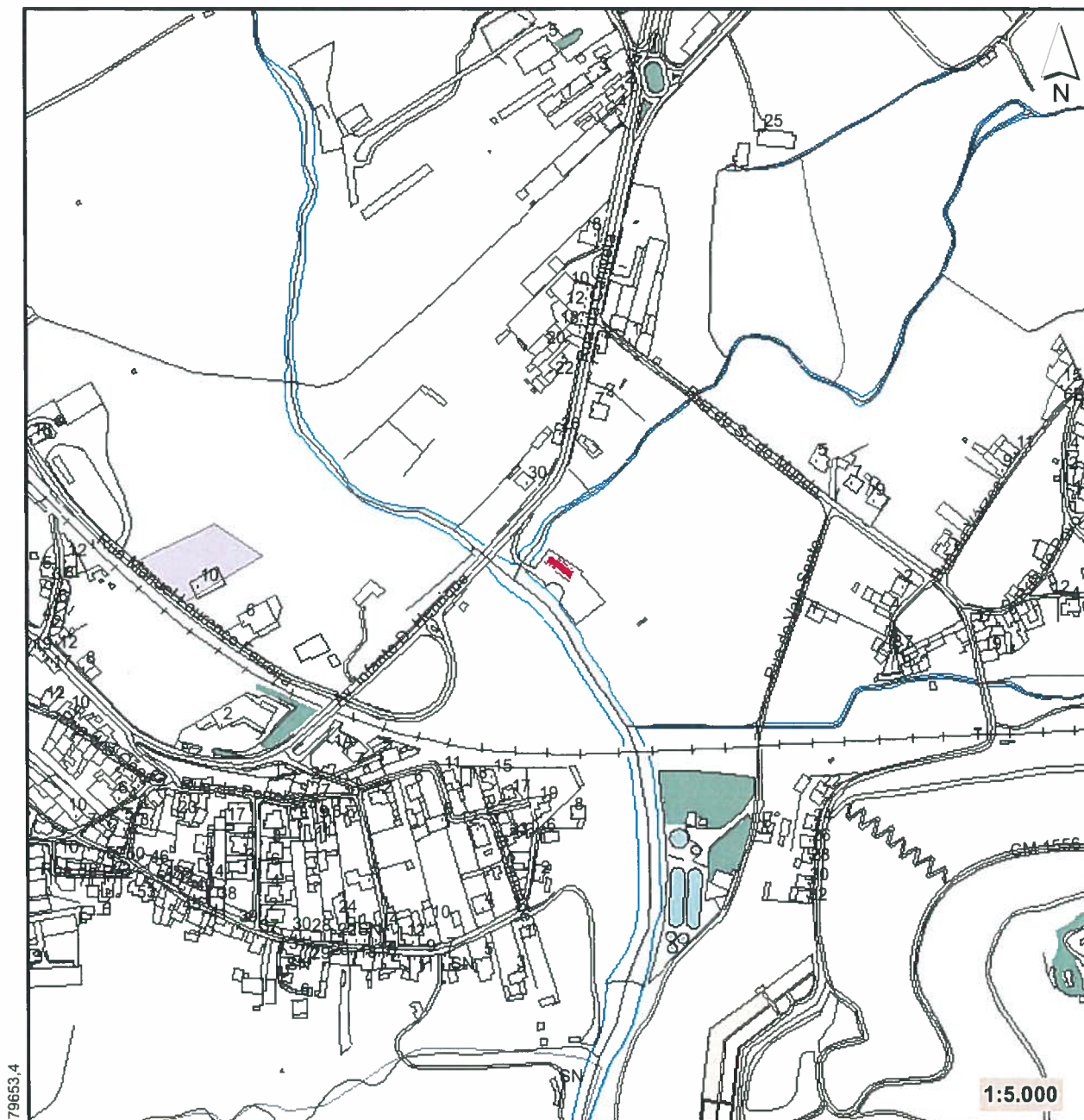
REQUERENTE
MORADA
CÓDIGO POSTAL
FREGUESIA
LOCAL DA OBRA
DATA

18-07-2019

REQUERENTE

MUNICIPIO DE MORTÁGUA

PLANTA DE IMPLANTAÇÃO



79653,4

-9102,9

1:5.000

REQUERENTE
MORADA
CÓDIGO POSTAL
FREGUESIA
LOCAL DA OBRA
DATA

18-07-2019

REQUERENTE